

POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER EM RIO GRANDE

Tatiana Teixeira Silveira

Mestre em Educação

Manoel Luís Martins da Cruz

Mestre em Educação e Cultura

Ana Bárbara Braga

Acadêmica da Educação Física

Mateus França

Acadêmico da Educação Física

Leonardo Cunha

Acadêmico da Educação Física

Edna Pastorino

Geógrafa, Colégio Técnico Industrial/FURG, Rede Cedes/Ministério do Esporte

RESUMO

O presente trabalho refere-se a uma pesquisa que tem como objetivos: Analisar as políticas de lazer existentes na cidade de Rio Grande, no período entre 1997 e 2008; Avaliar os equipamentos públicos de lazer existentes na área urbana do município; Mapear as áreas urbanas passíveis de serem transformadas em espaços de lazer; Propor estratégias para atuação conjunta do Núcleo de Estudos do Lazer e a Prefeitura Municipal, visando a elaboração de políticas públicas setoriais de lazer. Essa pesquisa faz parte do Núcleo da Rede Cedes/FURG, e tem como parceria o Núcleo de Análises Urbanas/FURG.

ABSTRACT

The present work mentions a research to it that has as objective: To analyze the existing politics of leisure in the city of Rio Grande, the period between 1997 and 2008; To evaluate existing the public equipment of leisure in the urban area of the city; Mapear the passíveis urban areas to be transformed into leisure spaces; To consider strategies for joint performance of the Nucleus of Studies of the Leisure and the Municipal City hall, aiming at the elaboration of sectorial public politics of leisure. This research is part of the Nucleus of the Rede Cedes/FURG, and has as partnership the Nucleus of Urbanas/FURG Analyses.

RESUMEN

El actual trabajo menciona una investigación a él que tiene como objetivo: Para analizar la política existente del ocio en la ciudad del Rio Grande, del período entre 1997 y 2008; Para evaluar existir el equipo público del ocio en el área urbana de la ciudad; Mapear las áreas urbanas de los passíveis que se transformarán en espacios del ocio; Para considerar las estrategias para el funcionamiento común del núcleo de los estudios del ocio y del pasillo de ciudad municipal, teniendo como objetivo la elaboración de la política pública

sectorial del ocio. Esta investigación es parte del núcleo de la Rede Cedes/FURG, y tiene como sociedad el núcleo de los análisis de Urbanas/FURG.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER NA CIDADE DE RIO GRANDE: A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Pesquisar ações públicas no que diz respeito ao lazer se torna complexo porque temos de decifrar o significado do tema adotado pelas administrações públicas na cidade de Rio Grande¹ no período (1997-2008) a ser analisado pelo Núcleo de Estudos do Lazer/FURG².

Compreendemos que as ações de órgãos públicos para o acesso ao lazer deve vir de diversas direções, não bastam a criação e manutenção de espaços para o lazer - o que já seria algum movimento percebido para o setor -, mas sim, uma interação entre outros setores: transporte coletivo, segurança pública, reorganização do tempo de serviço, todos em detrimento do direito social previsto em constituição de acesso ao lazer e não pelo favorecimento do mercado e do acúmulo de capital.

Pesquisar as ações públicas relativas ao lazer torna-se um desafio de produzir conhecimento sobre um tema que se esvazia, na medida em que colocam-se constantemente questões que envolvem o capitalismo, como a capacidade emancipatória e ao mesmo tempo limitativa e nebulosa em tornar o homem produtor e produto de uma cultura, em um ser individualista, por intermédio da mídia massiva, pelo trabalho ou falta de opção de trabalho tornando mesmo quem busca formação sempre obsoleto às necessidades impostas pelo mercado, forçando assim as necessidades básicas a se sobressaírem para que se abra mão de direitos sociais e trabalhistas.

A política pública vai de encontro a essas expectativas no sentido de resgatar conhecimentos e valores perdidos ou esquecidos ao longo dos caminhos, mais ainda no tocante ao que conhecemos hoje por lazer, ou ao que se aproxima do sentido tido na Antigüidade ao ócio³.

Nossa luta é contra esse senso comum formado e tido como único na lógica do mercado de trabalho. Onde cada um somente deve preocupar-se em trabalhar abrindo mão de direitos arduamente adquiridos em detrimento aos anseios, às vontades, com influência direta da dinâmica fracionada e obsoleta, incutida e secularizada pelo capitalismo. Queremos discutir num âmbito institucional as questões propostas pelo senso comum e consequentemente pelo poder público em torno da prioridade do lazer, sem depender do capital nem das burocracias legais impostas pelas prefeituras e suas gestões.

¹ Por sua localização estratégica para a navegação marítima no cone sul, Rio Grande foi palco de ferrenhas disputas entre portugueses e espanhóis ainda no século XVIII, o que lhe conferiu uma formação histórica de luta e resistência, acentuada séculos mais tarde com a instalação de grandes indústrias e ferrovias que vieram em face do potencial portuário e do grande estoque pesqueiro então existente. Esse crescimento industrial, alavancado por grandes indústrias têxteis e depois com empresas do ramo da alimentação e da química; a criação da primeira refinaria de petróleo do país; a indústria pesqueira que nos 60 e 70 do século passado conferiu à cidade a condição de produzir 20% de todo o pescado industrializado no país e a construção do “Super Porto” possibilitaram, ao longo do tempo, variados níveis de oferta de empregos que atraíram milhares de pessoas da metade sul do Estado, que pra cá vieram em busca de oportunidades.

² Criado em 2006, o Núcleo de Estudos do Lazer é um espaço de reflexão acerca das temáticas do lazer, seus limites e possibilidades, formado por professores e acadêmicos de Educação Física da FURG. A temática do lazer, tão presente no Brasil a partir dos anos 80 do século passado, ainda é carente de reflexões acerca do seu enraizamento como fenômeno e práticas sociais. Trabalhamos para difundir o lazer como direito constitucional e atividade humana essencial, portanto, merecedor de planejamento, execução e avaliação de políticas públicas setoriais voltadas ao atendimento das necessidades das populações das cidades.

³ Para mais, ver: RUSSELL, Bertrand. O elogio ao ócio. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

Através do Núcleo procuramos definir um significado para políticas públicas setoriais de lazer e levar à população e às administrações públicas nossas compreensões e contribuições, vislumbrando, nessa ampliação de sentidos a possibilidade de agregar, cada vez mais, conhecimentos de outras áreas de estudo, para então podermos estender nossa participação e abranger novas ações.

POLÍTICA, PÚBLICO E LAZER: INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS.

A expressão política pública de lazer, por si só, demanda relevantes estudos no sentido da explicitação de uma dada compreensão de política, de público e de lazer. Para Marco Paulo Sttiger (1998, p.84), que trabalhou na administração de parques e praças em Porto Alegre, na primeira gestão da Frente Popular (1989-1992), “quando o assunto é políticas públicas, se está falando de um determinado tipo de intervenção (...) que, necessariamente, deverá trazer consigo e ter, como ponto de partida, a posição político-ideológica que a norteia e que deverá estar inserida na concretização de todas as ações que vierem a ser adotadas”.

Assim, com o intuito de clarificar o entendimento do que seja uma política pública de lazer, cabe esclarecer desde logo que não se tratará genericamente sobre lazer, sobre público ou sobre política. Nossa referência será uma concepção de política diferente daquela que foi construída pelas elites brasileiras, que incutiram no senso comum a noção de que política é uma atividade nefasta, mas necessária, que corrompe e que por ser muito complexa, exige a ação de especialistas: os políticos. Da mesma forma, no que diz respeito ao que é público, ou no referente à relação entre Estado e Sociedade, partimos da compreensão de que o Estado que temos precisa tornar-se efetivamente público, ou seja, que os governos precisam pensar na desprivatização do Estado e atuarem no sentido da publicização dos planos e das ações, isto entendido como a criação efetiva de mecanismos eficazes de controle do Estado e dos governos pela sociedade.

Finalmente, o objeto das políticas públicas em discussão, o lazer. Não esse lazer como dia, hora, atividades e local marcado. Não o lazer para combater o estresse de um dia exaustivo de trabalho que se repetirá no amanhecer seguinte. Nem o lazer que pode ser usufruído pelos poucos brasileiros que chegam ou que poderão chegar à aposentadoria em condições de saúde para, então, *gozarem a vida*. Trata-se, pois, de compreender *o lazer como uma demanda social de primeira necessidade*.

Significa compreendermos o lazer realmente como um direito social, que deve ser alvo de atendimento por parte do Estado com o intuito de garantir o bem-estar das populações, pois, como bem lembrou-nos Milton Santos apud Pellegrin (1996, p.32), “quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha, e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens que deveriam ser públicos porque essenciais”.

Analisando a trajetória das políticas sociais e o Estado Moderno, Meily Assbú Linhales (1998, p.72-73) aponta no sentido de que

o conteúdo de uma política social, bem como as responsabilidades para sua implementação, guarda estreita relação com a natureza do Estado que, em outros termos, significa a forma como se processam os arranjos políticos que lhe dão sustentação. Estes, por sua vez, interferem na seleção de prioridades para alocação dos recursos públicos, que são extraídos da população e que a ela deveriam retornar, redistributivamente, na forma de programas e serviços públicos.

Nesse sentido, defendemos que a discussão sobre políticas públicas de lazer se dê a partir de alguns critérios, tais como: a compreensão do lazer como “*cultura vivenciada no tempo disponível*” (Marcellino, 1996, p. 2) — o que implica em espaços, em tempo e em

condições materiais necessárias e suficientes para dele usufruir; e uma política pública que seja fruto da mais ampla participação dos habitantes das cidades na sua elaboração.

A partir dessas preliminares é possível começar a vislumbrar algumas relações que se estabelecem, no que diz respeito às políticas públicas de lazer, entre Estado e Sociedade, tais como o tempo e o espaço de lazer nas cidades e a cultura.

No mesmo sentido da necessidade de repensar as políticas de lazer para além dos calendários de eventos e das possibilidades “legais” — como no caso da jornada de trabalho — do poder público, vai a observação de Marcellino (1996, p.28), quando diz que:

considerar os limites da Administração Pública Municipal significa levar em conta que a questão do lazer só pode ser entendida na totalidade da ação humana, abrangendo questões que transcendem os executivos municipais, como jornada de trabalho, ocupação do solo urbano, por exemplo, o que requer, no âmbito municipal, incentivar e participar das discussões e ações que envolvam a questão de modo amplo, junto aos órgãos de classe e outros setores constituídos da sociedade civil.

O LAZER NA ATUALIDADE: POSSIBILIDADES DE CRIAÇÃO?

É importante em nível teórico apontar um fenômeno que vem sendo estudado por vários autores, denominado como “esvaziamento do espaço público”⁴, tornando-se imprescindível a realização de discussões a respeito dessa característica, visto que o espaço e tempo da vida humana passa pela discussão do público e do privado, essa espécie de perda da visibilidade da história social humana, ou seja, onde estamos? A vida humana resume-se ao indivíduo com seus próprios medos, receios, com sua própria intimidade?

A discussão em torno do esvaziamento do espaço público e a exacerbação da vida privada é feita por Richard Sennett, quando defende que na atualidade existe uma obsessão com a individualidade, em prejuízo das relações sociais. É possível fazer uma ligação com Marc Augé quando descreve que a experiência do indivíduo é a de colocar-se como espectador solitário em relação ao mundo, mas vivendo no interior desse próprio mundo, ou seja, o indivíduo está sempre de passagem, é um viajante, com sentimento de expatriação, conectado com a aceleração da história, com a superabundância de fatos e informações, o indivíduo sabe cada vez menos onde está. Como ver tudo? Para onde está indo? O que está fazendo ali?

Portanto, espaço e tempo são considerados como dimensões indissociáveis para as reflexões sobre a relação entre a dimensão pública e privada da vida humana. Esta constatação, além de se referir a princípios metodológicos adotados por esses autores, indica que há uma busca de tentar lidar com a questão do sentido da história humana, ou seja, de, ao analisar o passado, propor o que se fazer hoje, em função do que se deseja do amanhã.[...] Frente à irracionalidade do indivíduo em si mesmo, fechado na intimidade de seu espaço privado, incapaz de produzir sentido para a sua existência na relação com outros indivíduos e com o mundo, é necessário enfrentar o desafio de analisar, para denunciar, os riscos humanos dessa perda de sentido que a irracionalidade intimista provoca. Além disso, é necessário também, para esses autores, apontar novos sentidos possíveis, que a análise histórica pode subsidiar, mesmo que de forma insuficiente no momento, pois ainda não conseguimos ver direito onde estamos e, portanto, para onde poderemos ir. (IENO NETO, 2002, p. 443).

⁴ Para mais, ver: IENO NETO, Genaro. O esvaziamento do espaço público - Sennett e Augé: resenha. RBSE, v.1, n.3, pp.442-461, João Pessoa, GREM, dezembro de 2002.

Esses dois autores contribuem na discussão atual na medida em que questionam os espaços de consumo. Quando se pretende discutir o lazer aponta-se para a necessidade de pensar como acontecem as relações entre o humano, o excesso de informações e as oportunidades quanto ao privado, valorizando demasiadamente esse espaço e suprimindo o público do tempo da vida humana. Onde são realizadas as políticas públicas de esporte e lazer em cidades de médio porte, como a cidade de Rio Grande? Os espaços públicos são considerados? Existem esses espaços para a prática de lazer? Como é tratado o acesso a essa prática social num mundo onde existe uma obsessão pela pessoa?

Sobre o espaço, caminhando pelas cidades, é possível lembrar o que havia nos lugares hoje preenchidos por grandes condomínios, estacionamentos, lojas e outras edificações. Vale lembrar dos espaços que eram utilizados pelo público como praias, como locais de piquenique, como campos de futebol e que hoje são instrumentos do lucro de alguns poucos, que se utilizam da avalanche de consumo para o lazer e se apropriam do que antes era de uso público, e hoje é reservado para privilégio de poucos.

Como os governos municipais reagem diante da especulação imobiliária? Como são tratados os poucos espaços urbanos ainda existentes e preservados apenas como reserva de capital?

A população teria que intervir organizadamente nas questões relativas ao espaço da cidade porque nem sempre, como bem nos lembra Pellegrin (1996, p.35), a administração municipal está ciente “do risco de se tratar da questão do espaço, em especial do espaço do lazer, de acordo com a lógica do mercado e da especulação imobiliária. A própria valorização da rua enquanto espaço do lazer é uma questão para o poder público”.

Em poucos casos pode-se verificar uma contraposição às ofertas da *indústria cultural*⁵ mas, infelizmente, isso não é a regra. O que prevalece, ainda, na maioria dos casos é que “a ausência de projetos políticos democráticos e fundamentalmente igualitários para esses setores⁶ (educação física, esporte e lazer) tem sido uma constante em sua trajetória política, facilitando, inclusive, o trânsito dos interesses que defendem o caminho da seleção, da exclusão e dos particularismos” (Linhaes apud Linhaes, 1998, p.79).

No mesmo sentido, Sttiger (1998, p.91) revela que, “em detrimento ao investimento em espaços/prças públicas de lazer (esportivas e/ou não); à sustentação de quadros profissionais ligados ao lazer comunitário; ao apoio aos pequenos eventos locais; à formação humanística dos profissionais que atuam no âmbito do lazer”, em muitos casos, o que ocorre é o privilegiamento da visão que defende, por exemplo,

o direcionamento dos recursos humanos, físicos e materiais (que são públicos), prioritariamente, entre outras ações: para a construção e manutenção de ginásios esportivos destinados ao espetáculo e ao treinamento de equipes; ao pagamento de salários a técnicos de representações municipais; à realização de grandes eventos esportivos com a tônica na competição; à realização de cursos de formação de treinadores.

Esse tipo de ação, recém citado por Sttiger, é um claro exemplo de política pública voltada para a “desincumbência” do poder público com uma discussão mais ampla acerca das questões referentes ao lazer, pois se limita a reproduzir uma concepção restrita de

⁵ Para mais, ver: LIMA, Luiz Costa (org.). Teoria da Cultura de Massa. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

⁶ Na cidade de Rio Grande foi criado em 08 de dezembro de 2005 (Lei nº6182) a Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer. E em janeiro de 2007 foi criado o Conselho Municipal de Esportes e Lazer, no qual dois professores de nosso Núcleo fazem parte representando a FURG nas discussões sobre esporte e lazer no município.

lazer, que confunde um conteúdo (no caso o esporte) com o próprio lazer e, mais grave ainda, remete a simplificação do fenômeno esportivo a uma de suas manifestações, justamente àquela forjada enquanto um produto valioso da *indústria cultural*, o esporte de alto rendimento, o espetáculo esportivo.

Ainda em relação a espaços públicos de lazer, outro aspecto a observar é o estado de conservação dos parques, praças, jardins, bibliotecas, salas de exibição e outros equipamentos destinados ao lazer nas cidades⁷.

Assim, “política cultural” passa a ser simplesmente o apoio a empreendimentos artísticos, espetáculos musicais, peças teatrais ou exposições de artes plásticas. O investimento em esporte (via de regra no esporte de rendimento) torna-se “política de lazer”. E, em última instância, ocorre a estratégica retirada do Estado: — Vamos deixar a promoção da cultura e do lazer para quem entende do assunto. Pronto! Assim, o caminho está aberto aos empreendedores, aos “profissionais da área”, que transformam o lazer em uma indústria rentável, um negócio, destruindo ou descaracterizando culturas, impondo valores e provocando uma criminoso tentativa de homogeneização cultural que atende, em primeiro lugar, aos interesses do capital.

Gostaríamos também de resgatar a necessidade de identificarmos a intenção do poder público no concernente às políticas públicas, pois como disse Freitag apud Marcellino, (1996), a problemática da política pública em países da periferia do capitalismo deve ser vista “em seu movimento pendular entre a intenção original e básica de disciplinar as mentes, treinar a força de trabalho e reproduzir as estruturas sociais de um lado, e a sua capacidade de dinamizar os potenciais emancipatórios implícitos na realidade social, de outro” (p.33).

Mas a tradição de luta e resistência em Rio Grande, construída no início da sua história e reafirmada nas lutas desenvolvidas pelos trabalhadores na primeira metade do Século XX, até a primeira metade da década de 60, foi interrompida com o golpe militar de 1964, que perseguiu e baniou os seus opositores e desarticulou, como podemos hoje perceber, a memória da Cidade. Rio Grande foi transformada em Área de Segurança Nacional; não mais se elegiam os prefeitos, pois a ditadura os indicava. Os sindicalistas foram perseguidos, os sindicatos desarticulados, suas direções foram cooptadas ou foram desmanteladas. A Cidade, como o país inteiro, sofreu um processo de “apagamento” de sua memória.

Assim como na esfera política e econômica, na esfera social também foram sentidos os efeitos da mudança. Rio Grande, berço do basquetebol no Rio Grande do Sul; cenário das grandes corridas de rua, das provas de remo e natação, dos clubes de futebol, do “futebol de salão”, do vôlei e do handebol e suas grandes disputas que lotavam os estádios e os ginásios; dos grandes cinemas e teatros; berço de grandes artistas; terra do clube de futebol mais antigo do Brasil. Rio Grande vive hoje um “esvaziamento cultural” que causa perplexidade aos que conhecem sua história e um certo desânimo nos que ainda sonham com dias melhores. As poucas e as melhores opções de lazer estão reservadas aos que têm maior poder aquisitivo.

Sem medo de errar, podemos dizer que há um distanciamento entre a cidade e os seus habitantes, pois há restrições de várias ordens que impedem à boa parte dos moradores vivenciarem Rio Grande plenamente, usufruindo, ao longo de suas vidas, das belezas

⁷ A partir dos dados apresentados pelo Núcleo de Análises Urbanas da FURG estamos mapeando os locais que serão visitados pelos componentes do projeto e lá serão feitas fotografias, filmagens e entrevistas com lideranças do bairro para a avaliação dessa questão.

naturais e das belezas construídas por cada cultura que aqui aportou ao longo dos seus 269 anos de história. E por que isso não é possível?

Pensando em responder a esta questão e visando contribuir para o desenvolvimento da cidade a partir do resgate de sua história cultural outrora vibrante, nos propomos a investigar, avaliar, dialogar, propor caminhos e contribuir com as administrações municipais na elaboração de políticas públicas de lazer.

Assim como nas oportunidades de acesso aos espaços públicos que a cidade ainda oferece questionamos quem são as pessoas que freqüentam esses espaços. Quem pode ir aos cinemas, teatros, museus? Quem pode ir à “Maior Praia do Mundo”? Que fatores impedem o acesso ao lazer?

Quando traçamos uma problemática que irá abarcar diferentes espaços destinados a essas práticas também questionamos como está localizado e organizado esse mesmo espaço. Como está organizado o nosso espaço? Quem o ocupa? Como o ocupa? Ainda é possível ocupá-lo para uso coletivo da população? Quanto ainda restam de áreas públicas? As pessoas têm ciência de que existem espaços públicos?

Pensando a partir da discussão do trabalho x lazer podemos questionar: Quem controla o nosso tempo? Temos tempo disponível para vivências do lazer? Temos o direito a este tempo? Os debates sobre lazer e esporte podem contribuir para que parcelas da população rio-grandina se apropriem dessas (e de outras) reflexões?

POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER NA CIDADE: APONTANDO RESULTADOS

Buscando compreender as propostas e ações desenvolvidas ao longo de três gestões sucessivas (Wilson Branco, Fábio Branco e Janir Branco), bem como traçar um mapa das áreas públicas ainda disponíveis na área urbana do município do Rio Grande, estamos utilizando dados coletados e interpretados pelo Núcleo de Análises Urbanas (NAU-FURG); documentos das campanhas eleitorais; registro da imprensa; entrevistas com integrantes das administrações municipais, com lideranças de bairro e com moradores que aqui residam a pelo menos 50 anos.

Essas são as primeiras fontes de informação a serem utilizadas. Por certo, no decorrer da pesquisa será possível juntarmos outros registros que venham a compor o mosaico onde pretendemos reunir informações que nos permitam caminhar em terreno firme quando da proposição de políticas públicas de lazer para a cidade do Rio Grande.

Alguns dos resultados esperados já estão em construção, o mapeamento das áreas utilizadas para a prática de atividades de lazer está em andamento em virtude da parceria estabelecida com o Núcleo de Análises Urbanas da FURG e com as informações prestadas pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos⁸ e Secretaria Municipal de Turismo, Esportes e Lazer⁹.

O mapeamento das políticas públicas de lazer na cidade também está sendo feito através de fichamento de notícias do “Jornal Agora”, maior jornal de circulação na cidade, e das propostas dos governos municipais (1997-2008), contidas nos documentos de campanha. Temos, neste momento, um levantamento inicial do Jornal Agora que aponta principalmente iniciativas da comunidade local no sentido de demandar e construir espaços destinados ao lazer, como é o caso das praças.

⁸ Essa Secretaria nos apresentou uma listagem com 45 praças públicas que serão visitadas pelos pesquisadores para anotações sobre: acesso da população, conservação, público freqüentador, entre outros.

⁹ Através desta Secretaria estamos analisando documentos oriundos da antiga Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento a qual consta projetos e ações desenvolvidas relativas ao lazer na cidade.

Cabe ressaltar a quantidade de praças existentes na cidade, no entanto, pouco se pode perceber através do material coletado até este momento, no referido veículo de comunicação social, além das informações e da observação dos pesquisadores, um trabalho mais intensivo relacionado à preservação e apropriação desses espaços pelas comunidades locais. Podemos também observar, neste primeiro momento da pesquisa, a existência de praças que têm seus portões fechados ao final da tarde por falta de segurança pública.

As matérias, recolhidas até este momento, giram em torno de investimentos em cultura, lazer e educação, as quais estão a demandar um exame apurado acerca de sua efetiva concretização, o que nos propiciará um mapa das políticas setoriais para o lazer. Dois exemplos de investimentos, que merecerão nossa atenção na análise, são o Centro Municipal de Cultura e o Centro Municipal de Recreação e Lazer.

No estágio atual da pesquisa já é possível verificar a ocorrência de dificuldades que compõem o que Marcellino chama de “o todo inibidor” do acesso ao lazer. Espaços públicos gerenciados como se fossem privados; horários de ônibus reduzidos em feriados e finais de semana; ausência de transporte público durante as 24 horas do dia; Museus¹⁰ fechados aos finais de semana; um único cinema existente, localizado na Praia do Cassino, distante 22 km do centro da cidade.

Podemos também destacar dois fatos que serão igualmente analisados com mais profundidade no transcorrer dos trabalhos: o caso do hipódromo e sua grande área onde poderia ser implantado um parque e a transformação do espaço, outrora ocupado pelo Estádio Ruy Barbosa, em uma escola municipal pondo fim a uma longa e bonita história de práticas esportivas, espaço este que também poderia ter sido destinado para o lazer.

Rio Grande, como as demais cidades deste país, vive atualmente uma situação difícil do ponto de vista dos assalariados. O modelo econômico concentra a riqueza na mão de poucos, deixando a maioria da população em situação difícil para ver garantidos os seus direitos constitucionais, entre eles, o lazer. Podemos ver áreas públicas sendo destinadas a empreendimentos externos, com deslocamento de comunidades inteiras; carência de iniciativas públicas para atendimento das demandas por lazer; dificuldades de acesso em face da baixa renda ou ainda, por conta da concentração de equipamentos públicos de lazer em determinada região da cidade, entre outros.

Poderíamos também citar, em face do andamento da pesquisa, que equipamentos públicos, como as escolas da rede municipal de ensino, por exemplo, seus prédios, quadras e ginásios, poderiam ter sua utilização otimizada se houvesse um eixo comum de ação e uma integração entre os diversos setores do governo municipal. Não pudemos perceber, até este momento, um plano articulado que possibilite às comunidades usufruírem desses espaços, por exemplo, aos finais de semana, o que ocasiona, vez por outra, conflitos em virtude da impossibilidade de acesso às quadras e aos ginásios destas escolas.

Enfim, o Núcleo de Estudos do Lazer, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), está a caminho de concluir uma tarefa importante que poderá, certamente, subsidiar a prefeitura municipal do Rio Grande na formulação de suas políticas setoriais de lazer, bem como à população do município nos debates acerca da construção destas políticas, de forma que as mesmas atendam as carências da municipalidade e as demandas de seus moradores, que agora podem ser levadas ao conhecimento da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer através do recém criado Conselho Municipal de Esporte e Lazer (CMEL), onde os conselheiros debaterão as temáticas demandadas pelas comunidades e/ou pelos seus representantes no conselho.

¹⁰ Existem 14 museus na cidade.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. **Não lugares: uma introdução a antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papyrus, 1994.

COHN, Amélia. Políticas Sociais e a Pobreza no Brasil. In: **Revista Planejamento e Políticas Públicas (PPP)**. Brasília: IPEA, n. 12, mai.,1996.

CRUZ, Manoel Luís Martins da. A Experiência da Frente Popular de Florianópolis. In Marcelino, N. C. **Lazer e Esporte: Políticas Públicas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

IENO NETO, Genaro. **O esvaziamento do espaço público - Sennett e Augé**: resenha. RBSE, v.1, n.3, pp.442-461, João Pessoa, GREM, dezembro de 2002.

LIMA, Luiz Costa (org.). **Teoria da Cultura de Massa**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

LINHALES, Meily Assbú. São as Políticas Públicas para a Educação Física/Esportes e Lazer, efetivamente Políticas Sociais? In: **Motrivivência** Ano X n.º 11, Florianópolis: UFSC, 1998.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Humanização**. Campinas: Papyrus, 1995.

_____. **Políticas Públicas Setoriais de Lazer**. Campinas: Autores Associados, 1996.

PELLEGRIN, Ana de. O Espaço de Lazer na Cidade e a Administração Municipal. In: Marcellino, N. C. **Políticas Públicas Setoriais de Lazer**. Campinas: Autores Associados, 1996.

RUSSELL, Bertrand. **O elogio ao ócio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

STIGGER, Marco Paulo. Políticas Sociais em lazer, esportes e participação: uma questão de acesso e de poder; *ou* subsídios para tomar uma posição frente à pergunta: “são as políticas públicas para educação física, esportes e lazer, efetivamente políticas sociais?” In: **Motrivivência** Ano X n.º 1, Florianópolis: UFSC, 1998.

Núcleo de Estudos do Lazer

Av. Itália, s/n, km 8, Campus Carreiros, Rio Grande/RS.

Cep: 96201-900

nucleolazer@furg.br

trevisanfranca@bol.com.br

tatisilve@hotmail.com

maneca.cruz@gmail.com